

## DISCURSO DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM EDITORIAIS JORNALÍSTICOS

Thais Marin  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
thais.marin@gmail.com

### INTRODUÇÃO

Programas e ações de transferência parcial ou integral das responsabilidades e recursos estatais a atores não estatais ou de incorporação de estratégias e interesses privados no planejamento, oferta e gestão da política educacional têm sido adotados por Estados nacionais, com apoio e estímulo de agências internacionais, há, pelo menos, 40 anos. No Brasil, esses processos – denominados pela literatura especializada como privatização da educação – tornaram-se presentes de modo sistemático e intenso no final dos anos 1990, após reforma do aparelho estatal, inspirada no ideário da nova gestão pública (ADRIÃO, 2018; FREITAS, 2018; KLEES, 2020).

Uma pesquisa que investigou a produção jornalística da Argentina, Chile, Equador e México alertou que discursos midiáticos hegemônicos favorecem a naturalização de imaginários em defesa da privatização da educação (PORTA; CIANCI, 2016). Este trabalho, que integra pesquisa ainda em desenvolvimento, pressupõe que a grande mídia brasileira também contribui para consolidar um senso comum favorável a esses processos a partir da disseminação de uma série de elementos e construções argumentativas que naturalizam, de modo explícito ou encoberto, a tese da privatização como solução para a educação pública. Essas formulações configuram o que se denomina aqui de “discurso da privatização da educação básica”.

A fim de investigar a produção da grande mídia brasileira, serão analisados editoriais de dois veículos de comunicação nacionais: jornal Folha de São Paulo (FSP), diário de maior circulação impressa e digital do país, fundado em 1921 e sob responsabilidade da família Frias desde 1962; e revista Nova Escola (NE), periódico mensal, lançado em 1986 pela Fundação Victor Civita, transferido em 2015 à Fundação Lemann e descontinuado em 2019, que contou com subsídio público para circular em escolas. Para o jornal, serão considerados 140 editoriais, publicados entre 2005-2020, cujo foco é a educação básica pública; para a revista, os 43

editoriais publicados entre 2014-2019, período de disponibilidade desse material em acervo digital. O conjunto de textos foi estudado a partir da metodologia da análise de conteúdo temática de Bardin (2016), com apoio do *software* de análise de dados qualitativos MAXQDA, considerando as categorias temáticas “qualidade educacional” e “professor”.

## **ANÁLISE DE EDITORIAIS**

Cerca de 55% dos editoriais de FSP fazem uma caracterização fortemente negativa da educação básica pública: 73% referem-se diretamente à educação nacional e o restante ao ensino do município ou do estado de São Paulo. Com linguagem alarmista e provocativa, são mobilizados adjetivos como “decadente”, “frustrante”, “indigente”, “lamentável”, “péssimo” e “vexatório” e expressões que remetem à tragédia e à inércia, como “abismo”, “atoleiro”, “buraco”, “calamidade”, “desastre”, “desfiladeiro”, “falência”, “fracasso”, “leniência”, “letargia” e “marasmo”. Entre essas, vale notar, os termos “medíocre/mediocridade” aparecem 18 vezes.

A atuação do professor ajudaria a explicar essa suposta crise. Sua imagem é enfaticamente negativa ao menos em 28% dos textos, sob justificativas, como despreparo, tendência à acomodação profissional, “absenteísmo endêmico”, aposentarias precoces e, em quantidade reduzida, perfil doutrinador. Há, ainda, uma negação desses sujeitos como categoria profissional, ao tratar as reivindicações de direitos e condições de trabalho como “igualitarismo”, “privilégios”, “convite à acomodação” e “incentivos perversos”. Cerca de 22% dos textos defendem a bonificação por mérito como necessária à melhoria educacional.

Os editoriais da NE, por sua vez, avaliam positivamente a educação pública e a atuação dos professores: cerca de 70% deles o fazem de modo expressamente elogioso. Apesar de reconhecerem problemas, chegam a classificar a educação pública brasileira como de “excelência” e “alta qualidade”. Os professores são apresentados como “comprometidos”, “criativos”, “engajados”, “mágicos”, “preparados”, “gênios da pedagogia” e “intelectuais da educação” – num tom adulatório e caricatural. Valendo-se de linguagem motivacional, pessoal e afetiva, com diversas frases de efeito que humanizam o periódico como parceiro de jornada, duas formulações se repetem na caracterização dos professores: 1) protagonistas

da educação, heróis capazes de “mudar um país”, “melhorar o mundo” e “transformar a realidade”; e 2) missionários, trabalhando por amor e paixão.

Os trechos a seguir ilustram algumas das condições descritas.

O ensino público terá mais chances de sair do marasmo e da mediocridade aos quais se recolheu quando o sistema identificar as melhores escolas e os melhores professores e recompensá-los com recursos e salários condizentes com o desempenho. (FSP, Editorial, 01.08.2006).

Uma parcela da categoria, sob o pretexto de más condições de trabalho e remuneração, especializou-se em aproveitar brechas da legislação leniente para ausentar-se da sala de aula. (FSP, Editorial, 30.12.2007).

Elevar a remuneração dos docentes é em geral desejável, mas não corresponde necessariamente a elevar a qualidade do aprendizado. (FSP, Editorial, 20.07.2020).

Eles mostram que a excelência, a alta qualidade, já vigora na escola pública brasileira. Apenas, e coloca apenas nisso, está mal distribuída. (NE, Caro Educador, n. 296, outubro de 2016).

Os professores são eternos. Eles veem os alunos, transformam a vida deles e mudam o mundo. (NE, Caro Educador, n. 291, abril de 2016).

## REFLEXÕES

As diferenças na linguagem e nos conteúdos mobilizados para apresentar a opinião dos veículos podem ser justificadas por estes serem direcionados a leitores distintos: público geral, para o jornal; professores, para a revista. Do ponto de vista lógico, as duas avaliações e modos de falar acerca da educação pública e dos professores se contradizem na disputa de sentidos. Ora, a educação pública brasileira é de má qualidade, medíocre, com professores desqualificados e acomodados, ou é de boa qualidade, com professores engajados, criativos, movidos pelo prazer em ensinar e capazes de mudar a vida de seus alunos? Não se trata aqui, evidentemente, de apresentar qualquer improvável resposta a questões redutoras nesses moldes, mas de refletir acerca da construção dessas duas formulações. Considerando o “discurso da privatização da educação básica” em sua teia complexa de sentidos, vê-se que a oposição entre essas falas é apenas retórica, já que ambas integram um eixo comum e, como tal, acabam por complementar-se em seu funcionamento.

Por trás das afirmações da falência da educação pública e da culpabilização de professores, em grande medida, pelo seu fracasso – como vislumbrado nos editoriais de FSP –, há uma crítica direcionada ao Estado e suas formas e mecanismos de prover o bem público. Suas soluções seriam engessadas e inapropriadas para fomentar a qualidade educacional. Essa avaliação é partidária de movimento que ganhou força nos anos 1980, em defesa da reforma da educação pública, moldando-a cada vez mais aos parâmetros corporativos e mercadológicos.

Seria preciso, então, desresponsabilizar o Estado e responsabilizar o mercado. Tal desresponsabilização, no entanto, também pode ser patrocinada a partir de outro percurso argumentativo e, neste, o professor não é culpado, mas herói – conforme indicam os editoriais da NE. Com sua capacidade de vencer obstáculos, cabe a ele protagonizar a transformação da educação. Por trás desse imaginário mítico, é possível presumir a influência da retórica de participação da sociedade na melhoria da educação, do “faça sua parte”.

É provável que isso seja reflexo da crescente atuação do terceiro setor e da filantropia corporativa nos assuntos públicos, nas últimas décadas, que acompanhou a diminuição das responsabilidades estatais. Desse modo, se a imagem do professor desqualificado e acomodado serve para endossar o ideário da privatização da educação, sua elevação a personagem lendário igualmente o faz. Em ambos os casos, pretende-se a melhoria da educação pública sem que o Estado seja um ator central desse processo.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa M. F. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KLEES, Steven. **The conscience of a progressive**. Alresford: Zero Books, 2020.

PORTA, Eva Da; CIANCI, Maria. Mediatización de los procesos de privatización de – y en – la educación en América Latina y el Caribe: un estudio de los discursos mediáticos. **Educación & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 35-54, jan./mar. 2016.